

POLÍCIA MILITAR PARAENSE: INSUBORDINAÇÃO, INDISCIPLINA E PROCESSO DE FORTALECIMENTO (1886-1897)

William Gaia Farias¹

Resumo: O artigo ora apresentado é voltado a alguns acontecimentos marcantes para a polícia militar do estado do Pará no final do século XIX. Pelo menos três eventos demonstram a insubordinação, a indisciplina, o despreparo e o envolvimento da corporação em disputas político-partidárias nos anos finais do Império e início da República. É justamente diante desta difícil situação que até o ano de 1897, quando ocorreu o envio da corporação policial paraense para lutar na Guerra de Canudos, a força pública do Pará passou por um processo de fortalecimento institucional. Portanto, um olhar atento a este momento de transição pode revelar questões importantes sobre a História Militar da Amazônia e nesta linha de atuação as fontes priorizadas foram os regulamentos militares, relatórios de governos, ofícios, jornais obras raras.

Palavras chaves: Polícia. Revoltas. Fortalecimento.

ABSTRACT: The article presented here is aimed at some key events for the Military Police of the state of Pará in the late nineteenth century. At least three events demonstrate insubordination, indiscipline, unpreparedness and involvement

¹ Professor efetivo da Faculdade de História – FAHIS e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST da Universidade Federal do Pará – UFPA. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Pós-Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/IFCS. Pesquisa temas voltados a História Militar da Amazônia, priorizando o período de transição de regime político da Monarquia a República.

in corporate disputes partisan political in the final years of the Empire and the beginning of the Republic. In the face of this difficult situation by the year 1897, occurred when sending the police force to fight in Para Canudos War, the public force of Para went through a process of institutional strengthening. Therefore, a look out for this transitional moment can reveal important questions about the military history of the Amazon and in this line of activity sources were prioritized military regulations, government reports, letters, newspapers, rare works.

Keywords: Police. Revolts. Fortification.

1. - Considerações iniciais

1.1 - Sobre a temática

A pesquisa no âmbito da História Militar no Pará, de forma geral, ainda é incipiente. Neste sentido, há grandes lacunas a respeito do tratamento de temáticas no referido campo. As dificuldades são notórias quando se refere aos estudos sobre a organização, recrutamento, formação, condições de vida e trabalho e ações dos militares, o que dificulta a apreensão sobre sua atuação. No entanto é preciso considerar que os militares não formam um grande e homogêneo grupo. Na verdade, trata-se de um seguimento social constituído por grupos oriundos de diferentes organizações com planejamentos, atribuições, motivações de surgimento, identidades e representações simbólicas distintas. É justamente por isso que estudar as diferentes corporações militares requer o cuidado com questões significativas sobre a atuação dos militares de forma geral.

A pesquisa que resultou no presente artigo teve como motivação inicial a atuação e formas de organização da corporação polícia militar do estado do Pará no final do século XIX. Considerando que esta instituição recebeu várias denominações no período estudado, o artigo utiliza tanto as denominações vigentes no tempo em que ocorreram os eventos, como o termo

genérico “polícia militar” tendo em vista sua origem e função na sociedade. No período priorizado para pesquisa, pelo menos três acontecimentos foram marcantes para corporação policial demonstrando fragilidades institucionais que levaram os primeiros governos republicanos a investir no fortalecimento da força pública. Quatro regulamentos para força pública entraram em vigor na transição de regime político. Por isso o recorte inicial da pesquisa é o ano de 1886, quando entrou em vigor o primeiro regulamento do período priorizado. Foi com este regulamento que o governo da província criou o Corpo Militar de Polícia do Pará a partir da fusão do Corpo de Polícia Provincial e do Corpo de Guarda Urbana.²

Com a participação das praças de pret da polícia nas revoltas que serão discutidas em outros tópicos deste texto, o governo republicano chegou a dissolver³ a corporação e recriou com nova denominação e regulamento no ano de 1891. Mas, a respeito da polícia militar, a maior investida da administração paraense no século XIX ocorreu no ano de 1894 com a reorganização instituída pelo regulamento do mesmo ano. Foi a investida mais profunda até aquele momento⁴, contribuindo muito para criar condições favoráveis ao envio de tropa para lutar na Guerra de Canudos no ano de 1897.⁵

Esta pesquisa sobre a atuação dos militares no Pará, além de tratar dos eventos que denunciaram problemas na polícia,

² Arquivo Público do Estado do Pará – APEP. Fundo: Legislativo. Serie: *Leis e decretos*. Sub-série: Actos do Governo da Província do Grão-Pará. Ano de 1886. Regulamento orgânico do Corpo Militar de Polícia do Pará.

³ APEP. Fundo: Legislativo. Serie: *Leis, decretos e portarias de 1891*. Sub-série: Decreto dissolvendo o Corpo Militar de Polícia 1891. Decreto n. 352 de 15 de junho de 1891.

⁴ APEP. Fundo: Legislativo. Serie: *Leis e decretos de 1894*. Sub-série: Regulamento da Força Pública do Pará 1894. Decreto de 11 de setembro de 1894.

⁵ FARIAS, William Gaia. “A Brigada Militar do Pará na Guerra de Canudos”. In: *Revista Alpha*. Patos de Minas, UNIPAM, 2010, vol. 11, n. 11, p. 62-71.

procurou compreender as possíveis transformações e atribuições da polícia no tempo de transição do regime político, levando em consideração as mudanças oriundas do centralismo monárquico e do federalismo republicano, já que se trata de uma força provincial/estadual.

É bom lembrar também que a polícia militar apresentava características diferentes das forças armadas, não só pela sua jurisdição de atuação, como também pelas suas funções. A polícia do final do século XIX era voltada a garantia de determinados princípios e valores previstos em legislação, atuando diretamente nos espaços de convívio de diferentes camadas sociais com as prerrogativas e deveres direcionados à manutenção da ordem. Já as forças armadas (também chamadas de tropas de linha) existiam para garantir a soberania nacional resguardando o território e as instituições do país. Assim, as formas de organizações, atuação e relações sociais no conjunto da sociedade civil eram diferentes, embora as tropas de linha e os policiais militares, muitas vezes, se envolvessem em conflitos e impasses nas tramas do cotidiano das cidades.

O estudo sobre os policiais ajuda a reflexão sobre a própria condição dos mesmos, pois muitas vezes, eram atingidos em questões fundamentais de sua existência. É bom considerar que as praças que eram recrutadas nas camadas subalternas da sociedade eram mais atingidas pelas difíceis condições de vida.⁶ Portanto, a entrada na vida militar, ou melhor, na corporação policial militar, certamente não significava uma rápida mudança de condição social. Seus passados não se apagavam de vez e suas experiências de classe não eram anuladas, nem mesmo os distanciavam das condições materiais vividas na sociedade em que nasceram e cresceram, inclusive com a variedade de problemas nela encontrados.

⁶ BRETAS, M.. A Polícia carioca no Império. *Revista Estudos Históricos*, Brasil, 12, dez. 1998, p. 220. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2075>. Acesso em: 10 Jan. 2013.

1.2 - Sobre as fontes

A análise da documentação trabalhada possibilitou reconstruções acerca da atuação dos policiais militares, condições de vida e trabalho, além de questões como seus envolvimento em disputas políticas e conflitos. A partir da análise da documentação da rotina policial e dos regulamentos militares que entraram em vigor encontrei importantes caminhos que denotaram algumas crises relacionadas à corporação policial tanto nos anos finais da monarquia como no alvorecer republicano. Na documentação, sobretudo nos relatórios de presidentes de província e de governadores de estado, foi possível perceber as reclamações das autoridades policiais, principalmente no que se refere à falta de pessoal, equipamento e os baixos soldos dos policiais militares. Neste tipo de documentação também foi possível verificar as situações de conflito envolvendo policiais.

Os regulamentos que entraram em vigor durante o período selecionado para pesquisa que resultou neste artigo foram publicados nos livros de coleções de leis, juntamente com seus anexos (tabelas de vencimentos de oficiais e praças, quadro de equipamento, mapa de distribuição de armamento e fardamento) e são fontes imprescindíveis. É nestes regulamentos que se define o que é legal ou não na corporação policial militar, pois é o regulamento que define os postos, as patentes, as atribuições, os critérios e condições para o engajamento, formação, quantidade de fardamento e armamento por período, soldos, etapas, gratificações etc.

As fontes manuscritas bastante significativas para pesquisa foram minutas de ofícios da corporação militar estadual e as folhas de pagamentos e ordens do dia, uma vez que permitiram melhor entendimento sobre as condições de trabalho no quartel e nas ruas, além de possibilitar compreender como os casos de deserções, insubordinações e o tratamento destas questões pelas autoridades militares. Trata-se de fontes muito importantes por permitir analisar questões fundamentais da vida militar tanto em situação de rotina, como em situações especiais, tais como

as revoltas (Revolta do Capim e Revolta de 11 de Junho que ocorreram no ano 1891 em São Domingos do Capim e Belém, respectivamente) e na participação na Guerra de Canudos. As ordens do dia, por exemplo, permitiram acompanhar vários aspectos da tropa, além de ser um tipo de documento rico em detalhes no que se refere à relação da corporação policial militar com instituições e grupos da sociedade civil organizada.

Os ofícios expedidos e recebidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará permitiram detectar uma variedade de questões sobre a atuação, organização, conflitos relacionados à corporação policial militar. São documentos ricos em detalhes e nos remetem também a expectativas e procedimentos, considerando a hierarquia militar e civil que marca a relação entre a cúpula da província/estado e as autoridades militares.

Os jornais, além de meios de comunicação, capazes de informar eventos, promover transformações e divulgar notícias, também são construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos. Apontam para possibilidades de transformações à medida que provocam os burburinhos nos espaços públicos. Os jornais são espaços de manifestações de valores de grupos sociais e partidos políticos, seja por meio de textos produzidos por jornalistas, como pelos enviados pelos leitores que também faziam reclamações e apresentavam visões sobre determinados temas.

A linguagem do poder, permeada de ideologias, também está presente nos jornais, uma vez que conceitos, normas e padrões dominantes apresentam-se no sentido de reforçar e tornar consensual o conjunto das leis instituídas. O jornal, ou melhor, os discursos neles veiculados, atendem a função de apresentar como dominantes os valores de grupos dominantes. Sendo assim, o jornal é um importante espaço de criação da sociedade, pois; "... institui instrumentos essenciais para estabelecer a ordem e conservá-la, através da normatização aos comportamentos".⁷

⁷ BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro:

Desta forma, é possível perceber as estreitas relações entre a sociedade política e as instituições da sociedade civil, tais como os jornais que operavam no sentido da divulgação de propostas políticas e valores relacionados à mudança de regime político, como agências de criação de consenso.⁸ No limitado arcabouço dos meios de comunicação do final do século XIX, o jornal era um dos mais expressivos meios de formação de consenso. É notória a capacidade da imprensa como instrumentos de criação de imagens que, em alguns casos, acabam marcando épocas.⁹

2 - Polícia e política no final da monarquia: o caso mão de seda

No dia 14 de fevereiro de 1888 algumas ruas de Belém estavam repletas de foliões que brincavam o carnaval, o que tornava comum encontrar pessoas fantasiadas pelas ruas da cidade. Contudo, um grupo de mascarados que brincava no largo de Sant'Anna iniciou uma briga que acabou resultando em uma tentativa de assassinato articulada pelo alto escalão civil e militar da província do Pará. Tudo teve início com a luta entre um grupo liderado por Antonio da Costa Junior, vulgo Mão de Seda, e outro grupo chefiado pelo jornalista, capoeira e militante do Partido Liberal, Francisco Xavier da Veiga Cabral, conhecido como Cabralzinho.

Este entrevero poderia ter sido apenas uma disputa entre dois sujeitos conhecidos na cidade, se não fosse pelo fato de Mão de Seda ser um capoeira recrutado como praça do Corpo de Polícia e Cabralzinho um dos membros do Partido Liberal de atuação mais destacada nas disputas políticas na província do Pará. No primeiro momento do desentendimento, Antonio da Costa Junior foi preso e, em seguida, liberado pelo subdelegado que, além

Vícios de Leitura. 2000, p. 4.

⁸ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

⁹ SCHWARCZ, Lília. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadões em São Paulo do final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

de colocá-lo em liberdade, ordenou a prisão dos soldados que efetuaram a detenção.

Em liberdade, Mão de Seda retornou ao largo de Sant'Anna onde reencontrou Cabralzinho iniciando um novo conflito. O jornal *A Província do Pará*¹⁰ afirmou que Veiga Cabral, não aceitando a provocação virou as costas para o seu algoz que, aproveitando sua distração, cravou-lhe um punhal. O caso teve ampla divulgação na imprensa local, sendo considerado pelos jornais de oposição um “plano maquiavélico”, articulado pelos membros do Partido Conservador com o auxílio da força policial contra Veiga Cabral que, além de liberal, era proprietário do jornal *O Cosmopolita* que fazia oposição aos conservadores.

O fato alcançou mais repercussão quando se descobriu que o chefe de polícia da província do Pará mandou alterar o livro de alistamentos no qual constava o assentamento da praça Antonio da Costa Junior, sob a justificativa de que as autoridades policiais não queriam ver o nome do Corpo de Polícia envolvido em escândalos. Foi aberto um inquérito para apuração do caso de falsificação no qual o comandante do Corpo Militar de Polícia, o tenente-coronel José Sotero de Menezes, os ex-oficiais do mesmo corpo Constancio Antonio Silva, Cyriaco Leonardo de Jesus, Augusto Esaú Cardoso e os ex-sargentos José Apolônio de Queiroz, Alípio Gonçalves Campos e José Moreira de Carvalho foram considerados culpados do crime de cumplicidade na falsificação do livro de registro.¹¹

Este fato ocasionou uma crise na alta hierarquia da polícia e revelou sua participação direta nas questões políticas no Pará. A tentativa de assassinato de Francisco Xavier da Veiga Cabral – o caso Mão de Seda, como ficou conhecido – acabou expondo o Corpo Militar de Polícia a uma difícil situação.¹²

¹⁰ *A Província do Pará*. Belém, 16 fev. 1888, p. 2.

¹¹ FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886/1897)*. Tese (Doutorado em História). UFF. Niterói. 2005, p. 147.

¹² APEP – Fundo: Executivo – Chefatura de Polícia. Série: Autos. Depoimentos dos

A apuração do crime de Mão de Seda levou a outro inquérito envolvendo os oficiais do Corpo Militar de Polícia, pois Antonio da Costa Júnior havia assentado praça no referido corpo poucos dias antes de praticar o crime. O comando da corporação foi acusado pelos membros do Partido Liberal de cumplicidade no crime e uso do capoeira Mão de Seda como agente secreto infiltrado na polícia. Na ocasião os conservadores estavam no poder.¹³

O alistamento de capoeiras não foi um caso isolado na história do Brasil no final do século XIX. Marcos Bretas, ao escrever sobre a polícia do Rio de Janeiro, apresentou casos de capoeiras que ingressaram na vida militar. Um destes casos foi o de Raul das Neves, um dos detidos pelo chefe de polícia Sampaio de Ferraz que escapou de ser deportado por “sentar praça no Exército, onde conseguiu ascender à carreira durante a Revolta da Armada ...”¹⁴ chegando a se tornar oficial. No entendimento de Bretas, estes homens representaram um problema para as corporações militares, pois “Raul das Neves, por exemplo, antes de ser preso em uma casa de jogo envolveu-se em um caso de agressão, juntamente com o capoeira José Elísio dos Reis, filho do proprietário do jornal *O Paiz*”.¹⁵

A relação das autoridades com o alistamento de Antonio da Costa Junior na polícia revela que as disputas político-partidárias chegavam à articulação de crimes como surras e tentativas de assassinato. Estes acontecimentos receberam a atenção da imprensa que de acordo com seus interesses e vinculações político-partidárias debatiam e trocavam acusações.

oficiais envolvidos. Processo movido para o esclarecimento da queima do livro-mestre do Corpo Militar de Polícia. Julho a dezembro de 1888.

¹³ Ibid.

¹⁴ BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e policia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 59.

¹⁵ Ibid. p. 59. Se referindo ao capoeira Raul das Neves que ingressou no Exército e chegou ao oficialato, Bretas afirma que este tipo de oficial foi um problema constante para a polícia no final do século XIX e início do XX.

As indicações de homens para atuar na polícia era prática comum em todo o século XIX, pois havia dificuldade para garantir os efetivos previstos nos regulamentos. Primeiramente eram indicados o chefe de polícia, os delegados e inspetores de quarterião. As praças de pret geralmente ingressavam na corporação por alistamento. No entanto, muitas praças eram indicadas pelo comando, devido à necessidade de se garantir efetivo e outras, como no caso de Antonio da Costa Junior, eram alistadas para cumprir uma missão específica por ordem do chefe de polícia e do presidente da província. Segundo Richard Graham¹⁶ esta prática era frequente durante o período monárquico, visto que, muitas vezes, quando um grupo chegava ao poder tinha que criar toda uma rede de clientela que lhe garantisse as eleições favoráveis aos mandatários.

Considerando as indicações como uma prerrogativa dos governantes entende-se melhor porque o presidente da província, juntamente com o chefe de polícia, indicou Antonio da Costa Junior para assentar praça no Corpo de Polícia da capital do Pará, sendo esta prática comum.¹⁷

Esta tentativa de assassinato, que a primeira vista poderia ser entendida como uma disputa entre dois capoeiras, no decorrer do processo, acabou demonstrando outras questões. Neste sentido um dos primeiros elementos da dinâmica das investigações foi a denúncia que partiu de Augusto Alves Correia de Araujo, escrivão da subdelegacia do distrito da Sé, que comprou algumas mascaras que seriam usadas pelo criminoso e seus companheiros, sob ameaça dos superiores. Por isso, logo a imprensa liberal trabalhou na divulgação de questões que estavam nos bastidores do crime, é claro intensificando as disputas político-partidárias pelos jornais.

A notícia da prisão de dois soldados que fizeram a detenção

¹⁶ GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. UFRJ Editora, Rio de Janeiro, 1997, p. 124.

¹⁷ APEP – Fundo: Executivo. Série: Secretaria de Segurança Pública. Sub-série: Corpo Militar de Polícia. Minutas de ofícios ao comandante do Corpo de Polícia. Código: 1919. Ano: 1888.

de Mão de Seda foi publicada no jornal *A Província do Pará*¹⁸ sendo apresentada como uma prova do envolvimento dos altos escalões do governo e do Corpo Militar de Polícia no crime. A prisão fora motivada pelo fato dos soldados terem detido Mão de Seda. Os soldados afirmaram que no momento da detenção o criminoso portava o punhal que fora usado no atentado. Os dois soldados foram deportados para o Amapá e presos na fortaleza de São José de Macapá.

3 - A revolta do capim e a polícia derrotada

Em documento datado do dia 30 de abril de 1891, o subdelegado de polícia de Sant'Anna, informava ao governador sobre o clima de tensão na localidade e apresentava uma lista de nomes dos envolvidos em conflitos e suspeitos de planejarem uma ação com o objetivo de depor o governador do estado. O referido documento informava que no dia 29, João Francisco da Luz, Raymundo Ayres Franco Pereira, Januário da Costa Barral, Felix Antonio de Souza, Severino José Lopes, José Pereira d'Oliveira, Leonel Pereira de Christo, Pedro Antonio Paraense e Fausto Augusto Furtado teriam reunido mais de 200 homens armados e prontos para seguir viagem até a capital paraense onde se juntariam aos capangas do Dr. Vicente Chermont (presidente do Partido Republicano Democrático – PRD criado logo após a Proclamação pelos ex-membros do Partido Liberal) e Francisco Xavier da Veiga Cabral para depor o governador.¹⁹

Às seis horas da manhã chegava uma lancha de Belém com ordens dos chefes do Partido Republicano Democrático para que o grupo não seguisse viagem e se dispersasse, pois havia notícia de que o governo estava preparado para reprimir a qualquer ação. Na ocasião os líderes democratas continuaram a mover ações violentas na região do Capim. Por isso o subdelegado Gaudêncio

¹⁸ *A Província do Pará*. Belém, 19 fev.1888, p.1.

¹⁹ *O Democrata*. Belém, 10 jun. 1891, p. 1. Estas informações são do ofício publicado nesta edição e página.

da Silva Lobo, defendia a prisão dos democratas, João Francisco da Luz, Raymundo Ayres Franco Lopes e Fausto Ernesto Furtado Pereira, considerados desordeiros e autores do incêndio à cadeia pública, argumentando que "... esses revolucionários estão bem armados e tem bastante munição, para matarem a gente do Governo ...".²⁰ Diante do perigo apresentado pelos democratas o subdelegado solicitava o envio de dez praças para formar o destacamento policial, pois não contava com nenhuma.

Portanto, havia um grupo bastante engajado na disputa político-partidária na região do Capim, o que preocupava as autoridades, pois estes estavam articulados aos democratas da capital. O grupo do Capim não dava trégua ao governo, ainda mais contando com a atuação do destemido Cabralzinho (ex-membro do Partido Liberal que em 1888 foi atingido por uma facada desferida por Mão de Seda), que se deslocava habilmente pelos municípios paraenses em constante atuação persuasiva, desempenhando a função de intelectual orgânico na linha apontada por Antonio Gramsci.²¹

Temendo a execução de uma ação bem-sucedida por seus opositores, o governador do estado ordenou a ida do chefe de polícia Manuel Januário Montenegro a São Domingos do Capim para avaliar a situação e providenciar as medidas necessárias para conter as ações do grupo de João Francisco da Luz. Diante da tensão que apontava para ocorrência de conflitos, o governo destacou para a operação o alferes Marques, que deveria comandar a força policial na expedição a São Domingos, dado o interesse em sufocar a ação dos democratas capienses.

A intensificação das disputas políticas levou gradativamente ao avanço do enfrentamento físico e da luta armada com o envolvimento de republicanos (como se chamava para os integrantes do Partido Republicano do Pará) e democratas, tanto que na madrugada de 26 de maio, o democrata Felix Antonio de Sousa, ao chegar à porta de sua casa, verificou que havia sido

²⁰ Ibid.

²¹ GRAMSCI, Antonio. Op. Cit. 1991.

arrombada. Atento, Felix percebeu que a casa estava cercada por uma patrulha de policiais. Dirigiu-se as praças do Corpo de Polícia pedindo que se retirassem, alegando que não era criminoso. O pedido de Felix de Sousa não foi atendido, pois os soldados tentaram invadir a casa. Diante dessa reação, os policiais atiraram nas paredes da casa. Felix de Sousa armou-se e resistiu apoiado pelos seus filhos João e Manoel que também trocaram tiros com a polícia. No tiroteio morreu um soldado, além disso, um civil que fazia parte da escolta ficou gravemente ferido, morrendo algumas horas depois.²²

Sem conseguirem entrar na casa de Felix de Sousa na primeira tentativa, os policiais retornaram para nova investida. Neste segundo cerco, Felix e sua família já haviam abandonado a casa. O destacamento de polícia, composto de 27 homens, arrombou as portas; "... quebrando uma máquina de costura, cortando redes e vestidos, matando galinhas e tudo devastando ...".²³ A polícia não encontrou o armamento que procurava.

No dia seguinte, o jornal *O Democrata* noticiou o episódio da invasão à casa de Felix Antonio de Souza pela força policial e chamava atenção da sociedade, pois: "... do conflicto sahio morto um soldado e um capanga que acompanhava a tropa. A população inteira desta Capital ao conhecer estas noticias indignou-se contra o canibalismo dos energumenos agentes policiais ...".²⁴ Por outro lado, a indignação da força pública era grande, pois o soldado da polícia João Venâncio José da Silva, mesmo depois de morto, foi atirado ao rio.

A força militar que participou do tiroteio era comandada pelo delegado de São Domingos do Capim, alferes Marques e pelo subdelegado Vicente Costa. Além das praças do destacamento policial, faziam parte da tropa alguns capangas do tenente-coronel Cerdeira. Na argumentação dos democratas, a perseguição a Felix ocorreu porque se tratava de um dos democratas mais

²² *O Democrata*. Belém, 10 jun. 1891, p. 1.

²³ *Ibid.*

²⁴ *O Democrata*. Belém, 05 jun. 1891, p.1.

atuantes na localidade, sempre expressando suas opiniões políticas. Na realidade havia denúncias de que o democrata Felix de Sousa teria recebido grande quantidade de armas e munição de seus correligionários da capital que estariam em sua casa desde a eleição de 20 de abril.²⁵

No dia 4 de junho de 1891, republicanos e democratas se confrontaram em São Domingos do Capim. Um grupo de militantes democratas, formado por mais de cinquenta homens, sob o comando de João Francisco da Luz, atacou a casa comercial do republicano Belmiro Pacheco Barboza, na localidade de Santo Antonio, no rio Capim. Na ocasião, Belmiro estava para a capital, mas como possivelmente esperava alguma forma de ação de seus inimigos políticos, contava com um grupo de amigos que guardava sua casa, já que alguns dias antes, o mesmo grupo, sob o comando de Felix de Sousa ao invés de Luz, teria atacado outro estabelecimento comercial de propriedade de Belmiro Pacheco. O grupo de João Francisco da Luz foi repellido pelos amigos de Belmiro que dispararam tiros do interior da casa. Alguns comandados de João da Luz foram mortos, mas a maioria fugiu em direção à mata.²⁶

O governador Duarte Huet Bacellar enviou destacamentos policiais para prender os acusados de assassinar o soldado João Venâncio José da Silva. *O Democrata* noticiou a terceira expedição da polícia que seguiu para o Capim sob o comando do capitão de polícia Francisco Antônio de Souza Camisão resultando em outro conflito sangrento entre policiais e moradores da localidade, quando; "... o capitão reunindo à sua força as do destacamento de S. Domingos, seguiu para a bocca do Pyrajaura, onde fica o sítio de nosso dedicado amigo capitão João Francisco da Luz. A força desembarcou sob o comando do alferes Reginaldo ...".²⁷ No momento do tiroteio foram mortos um sargento, dois cabos e seis soldados, além de ficarem feridos 19 soldados, dos quais 13 foram recolhidos ao hospital de caridade. Um militar desapareceu,

²⁵ Ibid.

²⁶ *A República*. Belém, 06 jun. 1891, p.1.

²⁷ *O Democrata*. Belém, 06 jun. 1891, p.1.

sendo encontrado no dia seguinte bastante ferido, falecendo em seguida. No fim do conflito, o destacamento oficial, que incluía a força policial da capital e de São Domingos, saiu desfalcada, demonstrando aos democratas que estes poderiam desafiar as forças policiais do governo e até mesmo desestabilizá-las.²⁸

4 - A polícia na revolta de 11 de junho

Preocupado com os boatos do mandado de prisão de Vicente Chermont de Miranda, o diretório do Partido Republicano Democrático convocou reunião extraordinária na qual Francisco Xavier da Veiga Cabral lançou a proposta da deposição do governador por meio de uma revolta dirigida pelo PRD e que contaria com os militares descontentes.²⁹ Cabralzinho teve sua proposta reprovada pelas lideranças do PRD, mas, inconformado, juntou-se a Eduardo Dubourjal e Eduardo Duboujal Filho³⁰, dois democratas de prestígio no partido e que defendiam a mesma proposta de Cabralzinho. A intenção dos três foi fundamental para que outros democratas de menor destaque político os acompanhassem na organização do plano.

Na reunião democrática que antecedeu a revolta, os insurgentes discutiram a possibilidade da deposição do governador Duarte Huet Bacellar.³¹ Cabralzinho opinava por uma ação imediata, pois os democratas teriam o apoio do 15º Batalhão de Infantaria e do Corpo Militar de Polícia, os quais, somados a um grupo de civis convocados pelo próprio Cabralzinho, fariam um total de mil pessoas. Número razoável para aplicar o golpe

²⁸ *Ibid.*

²⁹ UM DEMOCRATA, [Dr. Américo Santa Rosa]. *Os sucessos de junho ou o último motim político do Pará*. Belém: Imprensa de Tavares Cardoso & Cia, 1891.

³⁰ *Ibid.*

³¹ Capitão da Armada, nascido no Rio Grande do Sul, mas servia no Rio de Janeiro quando foi nomeado para governar o Pará em março de 1891 pelo Governo Provisório em substituição a Justo Chermont que havia assumido o Ministério do Interior e Exterior.

com sucesso. Assim, depois de tentar convencer Chermont de Miranda a depor o governador, afirmando contar com apoio suficiente, Veiga Cabral retirou-se e foi a uma casa no bairro do Reduto, onde encontrou mais de 100 homens armados vindos de várias localidades e mais 80 homens que chegavam da Ilha das Onças.³² Após preparar sua tropa, Cabralzinho entrou em contato com um sargento de polícia que lhe informou "... estarem prontas as praças e o esperavam no quartel ..." ³³ onde o referido informante estava de guarda.

Em Belém circulava a versão de que Cabralzinho também planejava reunir-se a um numeroso grupo formado por homens armados que viriam do Capim para compor a força rebelde. A revolta significava também uma demonstração de força e insatisfação com o governo. Tal insatisfação ou forma de demonstrá-la pode até ser comparada ao que Thompson, ao analisar os conflitos entre patrícios e plebeus na Inglaterra do século XVIII, entendeu como casos de simples desafios, pois, "... Às vezes o protesto plebeu não tinha outro objetivo senão o de desafiar a segurança hegemônica da *gentry*, retirar poder de suas mistificações simbólicas, ou até simplesmente blasfemar" ³⁴.

Na virada do dia 10 para 11 de junho, Cabralzinho e seus homens seguiram para o quartel e tomaram de assalto às sentinelas que nem chegaram a preparar as armas, ficando assim os revoltosos com a passagem livre, uma vez que tinham vencido o primeiro obstáculo. Em seguida um sargento abriu-lhes o portão, passando muitos homens "em grande algazarra" gritando "viva a República e viva o Partido Democrático", ³⁵ sedentos em render os oficiais, depor o governador e dar posse a seu representante.

O grupo tomou o armamento e a munição existentes no quartel e, com o apoio das praças da polícia alcançou as ruas. Para elevar

³² *O Democrata*. Belém, 12 ago. 1891, p. 1.

³³ *Ibid.*

³⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudo sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 71.

³⁵ *A República*. Belém, 27 jun. 1891, p. 2.

a ação e ao mesmo tempo chamar atenção de todos os insatisfeitos que pretendessem ingressar no grupo (como os militares do 15º Batalhão de Infantaria), Cabralzinho teria ordenado que a banda de música tocasse para “... dar vivas ao passo que o governador reforçava os seus meios de defesa em palácio que estava fortemente defendido por bombeiros, artilharia e metralhadoras...”.³⁶ Com esse “desfile” barulhento e desafiador, dirigiram-se ao quartel do 15º Batalhão, localizado no bairro de Nazaré, mas os militares desta corporação não aderiram ao movimento, o que levou alguns revoltosos a se dispersar por temer o fracasso da revolta. Contudo, Veiga Cabral ainda seguiu com mais 40 homens armados para a chácara Cacaolinho (à época, periferia de Belém situada à margem do rio Guamá), a fim de preparar nova ação contra o governador Huet Bacellar. Enquanto isso o governo enviou para o local uma brigada formada por “... todas as forças do mar e terra”, junto com os alunos da Providência do Instituto de Educandos e os menores do Arsenal de Guerra, para o Cacaolinho.³⁷

No quartel, na sala dos oficiais, o comandante do Corpo Militar de Polícia, major Manoel Nonnato de Seixas, achava-se reunido com o major Francisco Aquino D’Aguiar Nunes e a maioria da oficialidade que pernoitava na caserna. O grupo foi surpreendido quando se deparou com “gente estranha” no interior do prédio. O major Manoel Nonnato de Seixas ainda tentou entrar em contato com o governador por meio de um telefonema, mas foi impedido por Cabralzinho, que armado, o ameaçou. O líder dos revoltosos mandou prender todos os militares que não aderiram à revolta e ordenou a quebra do telefone para que ninguém comunicasse o governador.³⁸ As autoridades foram surpreendidas com a adesão das praças à revolta. Afinal de contas, apenas 23 praças permaneceram no quartel, sendo quatro sargentos, dois cabos e 17 soldados.³⁹

³⁶ Ibid.

³⁷ *O Democrata*. Belém, 12 ago. 1891, p. 1.

³⁸ *A República*. Belém, 27 jun. 1891, p.1.

³⁹ APEP. Fundo: Executivo. Série: *Relatório em que o capitão-tenente Duarte Huet*

A adesão das praças do Corpo de Polícia foi articulada pelo sargento Antonio Moreira da Silva que após ter certeza de que as praças facilitariam a invasão do quartel e se juntariam aos revoltosos combinou tudo com Cabralzinho para garantir que não encontraria resistência. O sargento Antonio Moreira da Silva e o alferes André Cursino Lobo haviam providenciado armamentos e munições que posteriormente foram encontrados em suas casas.⁴⁰ A invasão contou com o apoio de policiais militares por isso os revoltosos não encontraram qualquer tipo de resistência que comprometesse a empreitada.⁴¹

Os revoltosos, já com o reforço dos militares do Corpo Militar de Polícia, seguiram pelas ruas de Belém até chegar à casa do Dr. Vicente Chermont de Miranda na estrada de Nazareth. Mas lá não havia nenhum sinal do líder do Partido Republicano Democrático, pois "... nem a porta da rua, nem as janelas se abriram, o que descontentou Veiga Cabral, e causou certa desconfiança entre a sua gente." Preocupado em não perder o apoio do grupo, Cabralzinho argumentou que Chermont de Miranda já havia se dirigido à reunião com os correligionários da região do rio Capim que aconteceria no Largo da Pólvora (onde se situa a Praça da República) convidando todos a seguir para o local de encontro. Dirigiram-se todos para o combinado, mas não encontrando o grupo da região do Capim, seguiram para a chácara Cacaolino buscando encontrar seus companheiros do interior.⁴²

Só mais tarde, quando os policiais militares já haviam abandonado o quartel acompanhando o grupo de Cabralzinho que o comandante informou os acontecimentos ao governador e aos comandos do Esquadrão de Cavallaria e Corpo de Bombeiros. Interessante que até mesmo as narrativas sobre a atitude do

Bacellar Pinto Guedes passou a administração do estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao governador Dr. Lauro Sodré. Belém, 1891. (Anexo) Relatório sobre a sedição do dia 11 de junho, enviado pelo comandante do Corpo Militar de Polícia.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid.

⁴² *A República*. Belém, 27 jun. 91, p.1.

comandante, no momento da tomada do Corpo de Polícia, geraram certa polêmica entre republicanos e democratas.

Não há precisão quanto ao número exato de revoltosos que assaltaram o quartel. José M. de Carvalho e Silva, o alferes secretário, em ofício dirigido ao comandante, informou que aproximadamente às duas horas da madrugada do dia 11, se deparou com os revoltosos dentro do quartel gritando vivas aos democratas. Afirmou que estavam "... em número superior a quatrocentos, todos armados de facas, espingardas, terçados, foices e chuços (oh! oh!)... que n'essa ocasião o commandante procurou repellir com toda energia essa força, mas foi inutil visto terem desaparecido as cornetas e clarins..."⁴³

Surpreendido, o governador encontrou-se em situação difícil, uma vez que precisava garantir a abertura do Congresso Constituinte e ao mesmo tempo derrotar os revoltosos para evitar maiores problemas. Na realidade, já havia passado bastante tempo para a reação governista, talvez porque o governador estivesse mais preocupado em não descuidar da defesa do Palácio do Governo. Somente às 14 horas o Esquadrão de Cavallaria seguiu para o Cacaolinho, sob o comando do tenente João Baptista de Sant'Anna.⁴⁴

A troca de tiros foi até o final da tarde do dia 11 de junho e o único ferido foi um soldado do exército com um disparo acidental. Pelo rio Guamá, a canhoneira Guarany disparou alguns tiros de canhão em direção ao Cacaolinho. Após a negociação da rendição dos revoltosos, entre as lideranças do Partido Republicano Democrático com o governador do estado teve início a etapa de inquéritos. O Corpo Militar de Polícia foi dissolvido, muitos oficiais e praças passaram a responder processos.⁴⁵ A nova corporação criada pelo governo republicano foi denominada Corpo Militar de Infantaria até o ano de 1894,⁴⁶ quando o governador Lauro

⁴³ Ibid.

⁴⁴ PINTO GUEDES, Duarte Huet Bacellar. Op. Cit. 1891.

⁴⁵ UM DEMOCRATA, [Dr. Américo Santa Rosa]. Op. Cit. 1891.

⁴⁶ APEP. Fundo: Legislativo. Serie: *Leis e decretos de 1894*. Sub-série:

Sodré criou dissolveu esta corporação e criou o Regimento Militar do Estado do Pará que em 1897 foi enviado para Guerra de Canudos.⁴⁷

5 - Fortalecimento institucional? Notas sobre os vencimentos dos militares

Na província do Pará, a média de salário era alta, o que dificultava a composição da corporação policial que pagava soldos baixos. A maioria das reclamações era referente aos vencimentos das praças, cujo soldo era contabilizado em diárias, sendo assim apresentados nas tabelas de vencimentos de todos os regulamentos. Portanto, apenas os soldos dos oficiais eram contabilizados com referência mensal.

Em 1886 houve a mudança de regulamento que instituiu o Corpo Militar de Polícia do Pará, mas a tabela de vencimentos de oficiais e praças publicadas neste regulamento está bastante rasurada, a ponto de não permitir a identificação dos valores. De todo modo, a Lei n. 1327 de 19 de dezembro de 1887 definiu a tabela de vencimento válida para o ano de 1888.

Em novembro de 1889, por ocasião da Proclamação da República, a polícia paraense foi convertida em Corpo Provisório de Linha pela Junta do Governo Republicano do Pará para que o primeiro governo do novo regime decidisse os rumos das instituições diante da transformação da província em estado. Contudo, pelo decreto 149 de 9 de julho de 1890, Justo Leite Chermont, governador provisório republicano do Pará, transformou o Corpo Provisório de Linha em Corpo Militar de Polícia. Nesta ocasião, mais uma tabela de vencimentos de militares foi publicada.

Quanto ao ano de 1891, foram publicadas duas tabelas. Isso

Regulamento da Força Pública do Pará 1894. Decreto de 11 de setembro de 1894.

⁴⁷ APEP. Fundo: Executivo. Série: Segurança Pública. Sub-série: 2º Corpo de Infantaria / *Ordens do Dia de 1897*/ OdD n. 505.

aconteceu em função de dois motivos: primeiro pela mudança de governador e, portanto, de orientações sobre as despesas públicas. Na ocasião Lauro Sodré, após ser eleito primeiro governador constitucional da República no Pará sucedeu ao capitão da Marinha Duarte Huert Bacellar P. Guedes na administração do estado. Segundo, porque houve a extinção do Corpo Militar de Polícia quando esta corporação já contava com tabela de vencimentos, sendo assim, uma nova tabela com as necessárias adequações ao Corpo de Infantaria do Pará foi publicada.

A penúltima tabela de vencimentos de militares do período pesquisado foi a de 1894, também sendo publicada no regulamento que reorganizou a força pública do Pará com a denominação de Regimento Militar do estado do Pará. Em 1897 outra tabela foi publicada, porém não apresentou alteração nos soldos quando comparada com a tabela de 1894.

Na opção de discussão que interessa neste artigo levei em consideração os vencimentos pagos à cavalaria (soldos, gratificações e etapas), pois as praças da cavalaria recebiam vencimentos mais altos que as de infantaria⁴⁸ e foi justamente da cavalaria que encontrei mais dados. Considerando todas as graduações da hierarquia das praças, a diferença entre soldo de praças da cavalaria para da infantaria era entre 1% a 5 %, tendo como base a média dos soldos de todas as graduações. Outra questão relevante para esta análise é o fato de considerar as gratificações gerais, ou seja, dos oficiais das companhias e não as gratificações por postos do estado maior, salvo o caso dos oficiais superiores que só existiam no estado maior. Fiz esta opção por entender que as gratificações gerais eram mais comuns na composição dos vencimentos, alcançando todo o oficialato. Por isso desconsiderei os casos de capitão secretário, tenente ajudante, tenente quartel mestre, alferes ajudante, alferes quartel mestre, alferes secretário, bem como das distinções em 1^a, 2^a,

⁴⁸ Na documentação a palavra utilizada era “infanteria” e não “infantaria” como atualmente é mais empregada.

3ª e 4ª classes, além dos músicos de diferentes classes, criadas pelos regulamentos de 1894.

No que se refere à diferença dos soldos pagos no período, os oficiais superiores tiveram as maiores vantagens, talvez porque muitos eram do exército. Ademais, a legislação às vezes enfatizava a necessidade de equiparação do soldo dos oficiais de polícia com os do Exército brasileiro. Na realidade, a considerar apenas os soldos, os oficiais subalternos obtiveram menores vantagens, sobretudo os capitães que no período tiveram redução de soldo em -6,67% e os alferes que não tiveram nem redução nem aumento.

Se durante o período as mudanças nos valores dos soldos, significaram mais desvantagens aos oficiais subalternos, com as gratificações não ocorreu o mesmo. A gratificação, enquanto elemento de complementação do vencimento chegou a 1894 com um saldo positivo, mesmo que ainda nos casos dos oficiais subalternos de modo geral não significasse grande melhoria em relação aos vencimentos pagos no final da Monarquia. No entanto, na soma geral dos recursos recebidos, o período republicano trouxe relativas vantagens para todo o oficialato, pois além do soldo e das gratificações teve início o pagamento da etapa (valor destinado a alimentação dos militares) a todos os oficiais. No regulamento de 1887, só as praças recebiam a etapa. No período de 1890 a 1894 a etapa atingiu um reajuste de 78,85% para tenente-coronel, 69,13% para major e 111,12% para capitão, tenente e alferes. Portanto, em termos de valores agregados expressos em percentuais para o oficialato aí estava a maior vantagem do período republicano.

Os vencimentos das praças, sem dúvida foram os que atingiram os resultados mais positivos no período, sobretudo durante os anos de 1891 a 1894, quando o menor índice de aumento do soldo foi o do primeiro sargento que atingiu 59,37. No quadro geral, durante todo o período, as praças receberam os melhores incrementos em seus soldos, sempre superiores a 60%. Os furriéis, cabos e soldados foram os que em termos percentuais receberam melhores aumentos, sendo que os mais generosos índices ocorreram entre 1891 e 1894.

Nas companhias, as praças não tinham direito a gratificações, recebendo apenas soldos e etapas. Diferente do caso dos oficiais, as praças desarranchadas já recebiam etapas diárias desde o regulamento de 1887. De 1887 a 1890, a etapa paga às praças sofreu uma considerável redução (-52,95% para sargentos, -36% para cabos e -33,33% para soldados). Contudo, em 1891, ainda no governo de Duarte Bacellar P. Guedes, o aumento da etapa foi de 100%, além de que o valor passou a ser único, anulando-se as diferenças entre as etapas pagas a um primeiro sargento e um soldado. A etapa diária passou de 800\$000 para 1\$600.

A partir do regulamento de 1891, já no governo de Lauro Sodré, os valores das etapas pagas foram suprimidos das tabelas de vencimentos de praças. Tanto no regulamento de 1891 que criou o Corpo Militar de Infantaria, como no de 1894 que reorganizou a força pública denominando-a de Regimento Militar do Pará, só há valores de etapas diárias fixadas para oficiais. Na tabela de 1897 não há valores referentes a etapas diárias nem de oficiais nem de praças. No entanto, as três tabelas (1891, 1894 e 1897) vieram acompanhadas de observações de que as etapas diárias pagas às praças seriam reajustadas de acordo com os preços dos alimentos, tendo-se como parâmetro as cotações semestrais feitas junto aos fornecedores que atendiam a força pública. Em 1897, o governador José Paes de Carvalho afirmava que os gêneros alimentícios estavam com preços altíssimos chegando a serem triplicados devido à chegada de imigrantes e outras condições conjunturais e estruturais como a concentração da mão de obra em atividades ligadas a extração do látex. Sendo assim, a lavoura do Pará não produzia o suficiente para satisfazer as necessidades da população sempre crescente, por isso “uma considerável parte da população de Belém emprega-se de verão na extração da gomme elástica e de inverno passa a vida ociosa de vagabundagem nas ruas da capital”.⁴⁹

É bom lembrar que o aumento da extração e exportação do

⁴⁹ *Mensagem dirigida ao Congresso Republicano paraense pelo Governador do Estado do Pará Dr. José Paes de Carvalho.* Pará: Diário Oficial, 1897, p. 38.

látex, como bem informa a historiografia amazônica,⁵⁰ levou a carestia dos gêneros alimentícios, por isso a iniciativa de deixar a critério da cotação dos gêneros pode ser uma significativa alternativa para correção da etapa diárias das praças, pois a fixação anual poderia corroer rapidamente os valores. A correção semestral, no entanto alcançou apenas as praças. A etapa dos oficiais, a contar de julho de 1891 – início do governo de Lauro Sodré que na ocasião criou o Corpo de Infantaria – até 1894 quando reorganizou a força pública e criou o Regimento Militar do Pará, atingiu a média de correção de 12,77%.

Trata-se de uma medida razoável quando se tem em conta que a finalidade das etapas diárias era garantir alimentação para os militares, porém o que não fica claro é porque a forma de pagamento das etapas dos oficiais não seguiu os mesmos parâmetros de reajuste das praças, ou seja, de acordo com as cotações.

Portanto, levando-se em conta a somatória soldo + etapa, as praças tiveram um expressivo reajuste. Ademais, uma comparação detalhada dos valores das etapas diárias com os soldos, pode apontar para os limites do poder aquisitivo e padrão de vida dos militares. A primeira vista, por não se tratar de um período tão longo, parece que os vencimentos dos militares tiveram significativa melhoria no alvorecer republicano. Não obstante, quando comparada com os vencimentos de outras categorias de trabalho do serviço público do estado, os vencimentos dos militares, embora mais atrativos do que durante o Império, ainda estavam em desvantagem. O salário de um porteiro de repartição pública do estado era maior do que o soldo mensal de um primeiro sargento e, se contar com a gratificação, o porteiro poderia receber

⁵⁰ SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque – 1870/1012*. Belém: Paka-Tatu, 2000. SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800/1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. SILVA, Moacir Fecury. *O desenvolvimento comercial do Pará no período da borracha*. Niterói, 1978. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense.

o dobro.⁵¹ De toda maneira, os dados sobre os vencimentos aqui discutidos são importantes por permitir ir além das simples e genéricas afirmativas sobre os baixos vencimentos dos militares no final do século XIX.

6 - Reorganizações, armas e efetivo: rumo a canudos

Com a queda do Império, a região Norte perdeu importância no que se refere à estratégia de distribuição do efetivo do exército pelo território brasileiro. José Murilo de Carvalho acentua que a República verá a geografia das guarnições acompanhando interesses estrategicamente políticos, aumentando a concentração de tropas onde se concentrava o poder decisório a nível nacional,⁵² deixando o policiamento, atividade na qual o exército tinha considerável participação até a Guerra do Paraguai. Assim, as polícias provinciais, em seguida, estaduais, iniciaram um processo de expansão.

No caso do Regimento paraense este processo é claramente perceptível quando, em 1894, são incorporados à força pública os Batalhões Patrióticos “15 de Novembro” e “General Tibúrcio” criados um ano antes, embora dissolvidos neste mesmo ano, os dois, sempre que necessário poderiam ser acionados. No final do ano de 1894, determinava-se que o Regimento Militar do Estado fosse formado por dois Corpos de Infantaria e um de Cavalaria.⁵³ No entanto, os efetivos federais constantes no relatório do Ministério da Guerra para o Pará eram apenas o 15º Batalhão de Infantaria – BI e o 4º Batalhão de Artilharia de Posição – BAP,

⁵¹ APEP. Fundo: Legislativo. Serie: *Leis e decretos de 1897*. Sub-série: Leis do Estado do Pará. Tabela de vencimento de praças (n. 27). Tabelas de vencimentos do pessoal da estatística (n. 28), p. 547-548. Belém, 1897.

⁵² CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 33.

⁵³ APEP. Fundo: Legislativo. Serie: *Leis e decretos de 1894*. Sub-série: Regulamento da Força Pública do Pará 1894. Decreto de 11 de setembro de 1894.

ambos com *déficit* de praças, contabilizando respectivamente 278 e 151 homens.⁵⁴

Some-se ainda a discrepância técnica, como no caso do rifle Mauser. É bem provável que a posse e uso de fuzis desse modelo pelo Regimento paraense em Canudos,⁵⁵ considerado moderno para a época, ainda não havia sido distribuído a todas as unidades do exército predominando na força federal, o modelo Comblain introduzido ainda no período imperial.⁵⁶

Considerando que a Constituição de 1891 garantia grande liberdade comercial aos estados,⁵⁷ pode-se acreditar que, após ser aprovado o modelo espanhol do Mauser pela Comissão Técnica Militar Consultiva do Exército em 1893, como futuro fuzil-padrão do exército, a força paraense passou imediatamente a utilizá-lo. Assim, fazendo uso da autonomia republicana, o governo paraense, tendo a frente o então tenente-coronel do Exército Brasileiro Lauro Sodré, procurou acompanhar a modernização das forças armadas federais nos primeiros momentos após a Proclamação adquirindo por conta própria seus exemplares da nova arma.

Como os modelos comprados para o exército passavam por reformas técnicas para melhor adaptarem-se ao cartucho de munição produzido no Brasil, não entrando no mercado até o fim da guerra de Canudos, é possível crer que poderiam tanto ter sido comprados pelo governo do Pará para o Regimento Militar paraense diretamente o modelo espanhol mais antigo e sem adaptações, quanto sua recente variação belga, de 1895,

⁵⁴ Brazil. Ministério da Guerra. Ministro João Tomaz Cantuária. Relatório do ano de 1897, apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2238/000001.html>. Acesso em: 22 jun. 2011.

⁵⁵ APEP. Fundo: Executivo. Série: Secretaria de Segurança Pública. Sub-série: 2º Corpo ao Comando da Brigada da Divisão Auxiliar/ Ordens do Dia de 1897.

⁵⁶ Ministério da Guerra. *Relatório de 1897*. Op. Cit.

⁵⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1891.

diretamente de suas fábricas, levando a força paraense, de uma forma ou de outra a estar munido de armamento mais tecnologicamente avançado que boa parte do contingente do Exército.

Esse cuidado com o potencial de fogo do regimento, muito provavelmente não se deve a qualquer necessidade momentânea personificada na Guerra de Canudos. As ocorrências dos primeiros anos de República revelam a crescente necessidade de uma força de manutenção da ordem pública capaz e bem equipada. Na Revolta do Capim, no ano de 1891, expedições policiais partiram de Belém para a localidade de São Domingos do Capim para controlar conflitos políticos gerados pelo acirramento das disputas entre republicanos e democratas.

Encontrando civis munidos de armas de fogo e dispostos à resistência, o resultado das investidas policiais foram militares mortos, feridos e o rechaçar repetido da força pública. Foram necessárias três ondas de reforços para o que chegou mais perto de um “controle” da situação que ainda se manteve violenta e tensa nas redondezas por muito tempo.⁵⁸

Não apenas em São Domingos do Capim, mas igualmente na capital, quase paralelamente, ocorreu o conflito que ficou conhecido como Revolta de 11 de Junho de 1891, desta vez com a adesão de grande parte das praças do próprio Corpo Militar de Polícia. Por terra foram necessárias as intervenções do 15º Batalhão de Infantaria e do Corpo de Bombeiros, reforçados pelos poucos policiais infantis que se mantiveram legalistas e pela cavalaria para debandar os militares revoltosos. O movimento insurreto entrincheirado no sítio Cacaolinho, no subúrbio da cidade, demandou manobras de guerra para ser sobrepujado, e resultou na dissolução do Corpo de Polícia e sua posterior recriação a partir do contingente do Corpo de Bombeiros e

⁵⁸ FARIAS, William Gaia. “A Revolta do Capim: camponeses envolvidos em revoltas político-partidárias”. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – NEAD, 2008.

dos policiais que auxiliaram no combate contra os revoltosos. Ademais, pelas águas da Baía do Guajará e rios próximos a Belém foi marcante a participação da Armada, principalmente com a canhoneira Guarany que fazia as buscas de revoltosos e a canhoneira Cabedello, que com problemas no casco, aportada em Belém, serviu de navio-prisão.¹

O quadro progressivo de esvaziamento dos militares federais na região, somando-se à já tratada necessidade de desinteriorização da força, a uma cultura local subjacente de resistência às forças militares, a recorrência aos conflitos armados, especialmente motivados por disputas político-partidárias, que estouraram no despontar da República, traçam um quadro no qual o estado é o cenário, potencial ou efetivo, de crises que designam missões às forças policiais que comumente excedem suas possibilidades técnicas.

Essas “situações limite”, considerando de forma extremamente simplista, criam um ambiente de constante necessidade de adequação da capacidade bélica da força pública, pois o poder de fogo dos revoltosos do Capim, seguidamente, às suas próprias potencialidades técnicas, na Revolta de 11 de Junho de 1891, no princípio de revolta em 1893, tornaram evidente o despreparo da corporação policial militar para contornar as difíceis situações. Ademais, estava em curso um programa de modernização do exército criado pelo governo republicano,² além do medo da disseminação de revoltas como a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, que no Pará, também levou à criação dos dois sobreditos batalhões patrióticos: “15 de Novembro” e “General Tibúrcio”.

¹ FARIAS, William Gaia. Op. Cit. 2005.

² Brazil. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Brigada Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Catallal, Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas e Encarregado do Expediente do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, maio de 1894. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2234/000001.html>. Acesso em: 22/06/2011.

Diante destas considerações, encontramos em 1897, uma estrutura formada por uma cadeia de comando organizada e disciplinada, teoricamente apta a manter sua ordem diante de eventualidades de forma natural ou quase mecânica e que revelava uma aspiração militarista que se fazia identificável automaticamente, por exemplo, quando se observasse um membro do regimento.

O uso de farda para identificar e distinguir os seus membros, mais explicitamente para o 2º Corpo que, sendo criado após as primeiras reformas de uniformes do Exército na República,³ adotou farda similar à desta força, o dolman azul-ferrete da infantaria; e a imediata identificação de seus postos que era impressa na gola, ou canhão, do dolman do regimento dava feições ainda mais militares à força policial.⁴ De todo modo, pode-se perceber que a força pública paraense, se considerada desde fins da guerra do Paraguai e especialmente após a queda do Império, passou por um período de gradativo desenvolvimento técnico, numérico e organizacional que aproximava cada vez mais suas capacidades às das forças militares nacionais. A composição do Regimento Militar do Pará e a sua organização, como foram comentadas anteriormente, guardam extensas semelhanças entre as organizações militares, tal qual sua estrutura basilar hierárquica e dividida entre oficiais e praças, e, dentro destas, a respectiva segmentação dessa divisão em várias graduações.

³ BARROSO, Gustavo. (Org.) *Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Ministério da Guerra, 1922.

⁴ APEP. Fundo: Executivo. Série: Segurança Pública. Sub-série: Regimento Militar / Mappa de Guardas e Praças. Regulação da distribuição de fardas de 1894.

dos policiais que auxiliaram no combate contra os revoltosos. Ademais, pelas águas da Baía do Guajará e rios próximos a Belém foi marcante a participação da Armada, principalmente com a canhoneira Guarany que fazia as buscas de revoltosos e a canhoneira Cabedello, que com problemas no casco, aportada em Belém, serviu de navio-prisão.¹

O quadro progressivo de esvaziamento dos militares federais na região, somando-se à já tratada necessidade de desinteriorização da força, a uma cultura local subjacente de resistência às forças militares, a recorrência aos conflitos armados, especialmente motivados por disputas político-partidárias, que estouraram no despontar da República, traçam um quadro no qual o estado é o cenário, potencial ou efetivo, de crises que designam missões às forças policiais que comumente excedem suas possibilidades técnicas.

Essas “situações limite”, considerando de forma extremamente simplista, criam um ambiente de constante necessidade de adequação da capacidade bélica da força pública, pois o poder de fogo dos revoltosos do Capim, seguidamente, às suas próprias potencialidades técnicas, na Revolta de 11 de Junho de 1891, no princípio de revolta em 1893, tornaram evidente o despreparo da corporação policial militar para contornar as difíceis situações. Ademais, estava em curso um programa de modernização do exército criado pelo governo republicano,² além do medo da disseminação de revoltas como a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, que no Pará, também levou à criação dos dois sobreditos batalhões patrióticos: “15 de Novembro” e “General Tibúrcio”.

¹ FARIAS, William Gaia. Op. Cit. 2005.

² Brasil. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Brigada Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Catallal, Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas e Encarregado do Expediente do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, maio de 1894. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2234/000001.html>. Acesso em: 22/06/2011.

Diante destas considerações, encontramos em 1897, uma estrutura formada por uma cadeia de comando organizada e disciplinada, teoricamente apta a manter sua ordem diante de eventualidades de forma natural ou quase mecânica e que revelava uma aspiração militarista que se fazia identificável automaticamente, por exemplo, quando se observasse um membro do regimento.

O uso de farda para identificar e distinguir os seus membros, mais explicitamente para o 2º Corpo que, sendo criado após as primeiras reformas de uniformes do Exército na República,³ adotou farda similar à desta força, o dolman azul-ferrete da infantaria; e a imediata identificação de seus postos que era impressa na gola, ou canhão, do dolman do regimento dava feições ainda mais militares à força policial.⁴ De todo modo, pode-se perceber que a força pública paraense, se considerada desde fins da guerra do Paraguai e especialmente após a queda do Império, passou por um período de gradativo desenvolvimento técnico, numérico e organizacional que aproximava cada vez mais suas capacidades às das forças militares nacionais. A composição do Regimento Militar do Pará e a sua organização, como foram comentadas anteriormente, guardam extensas semelhanças entre as organizações militares, tal qual sua estrutura basilar hierárquica e dividida entre oficiais e praças, e, dentro destas, a respectiva segmentação dessa divisão em várias graduações.

³ BARROSO, Gustavo. (Org.) *Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Ministério da Guerra, 1922.

⁴ APEP. Fundo: Executivo. Série: Segurança Pública. Sub-série: Regimento Militar / Mappa de Guardas e Praças. Regulação da distribuição de fardas de 1894.

7 - Considerações finais

Mesmo após a união da Guarda Urbana com o Corpo de Polícia em 1886, nos anos finais da Monarquia, o então criado Corpo Militar de Polícia apresentava muitos problemas com destaque para a falta de pessoal, baixos vencimentos e indisciplina. Esta situação piorava em momentos de intensificação de disputas político-partidárias, o que certamente pode ser notado na trama que levou ao caso Mão de Seda, que arquitetada no alto escalão da província envolveu autoridades civis e militares, além do capoeira contratado.

Com armamentos e equipamentos precários, má formação das praças, difícil situação das instalações e problemas de indisciplina, a polícia teve dificuldade para lutar com poucos camponeses, sendo derrotada no rio Capim, além de investir contra o governo, na Revolta de 11 de junho de 1891. É justamente das revoltas de 1891 até o ano de 1897 que este processo de fortalecimento institucional pode ser observado no que se refere à estrutura, soldos, formação, armamentos e efetivo.

No Pará, na primeira década republicana o efetivo da polícia militar aumentou consideravelmente, passando por reorganizações no sentido de uma modernização institucional. Este processo, porém, ganhou fôlego no governo de Lauro Sodré que desde o início voltou à atenção à força pública. No entanto, os primeiros anos do novo regime levaram a experiências importantes dos governantes em relação à corporação policial militar, sobretudo, com as praças, uma vez que após o envolvimento nas revoltas de 1891, a polícia merecia cuidado especial, inclusive com novas reorganizações. Neste sentido, a corporação policial foi se distanciando da imagem de uma instituição débil. Esta investida no fortalecimento da força militar do Pará pode ser percebida nas reorganizações de 1891 e principalmente de 1894, com a criação do Regimento Militar do Pará em substituição ao Corpo Militar de Infantaria. Esta nova organização foi se tornando mais eficiente em termos técnicos e operacionais. Foi com o desenrolar deste processo que a polícia paraense pôde ser enviada para o sertão baiano para lutar contra na Guerra de Canudos, em 1897.